

“Ensina o menino no caminho em que deve andar”: embates sobre a educação entre católicos e protestantes em Pernambuco (1930 –1945)

PAULO JULIÃO DA SILVA*

Com a chegada de Vargas ao poder em 1930, católicos e protestantes¹ em Pernambuco ficaram entusiasmados com a possibilidade da construção de um *novo país*, com base nos princípios que cada lado defendia. Os evangélicos propunham a formação de um país laico, até certo ponto liberal, onde o Estado ficasse afastado de pontos que para os crentes deveriam ser ocupados por cidadãos comuns (MESQUITA, 1940). A Igreja Católica tentando uma reaproximação com o Estado, propunha à volta da instituição como religião oficial do país, posição que perdera com a Constituição de 1891 (MOURA, 2010).

Essas visões políticas diferentes entre os dois grupos religiosos descritos acima, levariam a disputas acirradas por espaços em diversas esferas da sociedade. Na política, com participação em eleições, combatendo ideologias e indicando candidatos a serem votados pelos grupos correspondentes (O ESCUDO, 1933: 1, 4). Nas questões doutrinárias, combatendo os dogmas opostos, as formas de culto, os estilos das

* Doutorando em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eliane Moura da Silva. Email: pauloemac@gmail.com

¹ Antonio G. Mendonça (1990: 16) descreve que “os próprios protestantes nunca aceitaram unanimemente essa auto-identificação; além de preconceituosa, há grupos, como os batistas, que a recusam por razões históricas, afirmando-se anteriores à Reforma”. O termo protestante vem sendo usado segundo o autor “... preferencialmente por historiadores e sociólogos, talvez pela necessidade de um conceito de relativa neutralidade. No entanto, historiadores denominacionais comprometidos diretamente com as Igrejas continuam fiéis à auto-identificação evangélica. A antiga auto-identificação de ‘crente’ está ficando cada vez mais relegada às áreas pentecostais. De fato, os protestantes tradicionais já apresentam, principalmente nas áreas urbanas, acentuado preconceito contra a designação de ‘crentes’; para estes, ‘crentes’ são os pentecostais, categoria inferior de evangélicos, fanáticos e ignorantes. De modo esquemático, quanto a identificação dos atuais cristãos não-católicos no Brasil, a situação é esta: o termo ‘crentes’ identifica pentecostais e protestantes tradicionais em regiões rurais; a designação de ‘evangélicos’ auto-identifica protestantes tradicionais de regiões urbanas e é o preferido dos ‘historiadores’ dessas denominações; o termo ‘protestante’ é utilizado por historiadores, teólogos e sociólogos não necessariamente alinhados com esses grupos”. Para Max Weber (1963) *crentes* são aqueles que não se tornaram protestantes por serem iniciados na religião nacional ou da comunidade pela família ou pela tradição, mas por vontade própria decidiram ingressar no que ele chama de *seitas* protestantes (comunidades protestantes não nacionais que surgiram em sua maioria como dissidência das correntes reformadas). Para não nos tornarmos repetitivos ao longo do texto, alternaremos as três designações usadas por esses seguimentos religiosos no Brasil.

construções dos templos e até a organização da bíblia que cada grupo usava (haja vista que à Bíblia usada pelos católicos possui sete livros a mais, chamados de apócrifos, que não são aceitos como inspirados divinamente pelas igrejas advindas da Reforma Protestante, ou ramificações das mesmas) (A TRIBUNA, 1941: 3).

Também havia embates quanto às questões educacionais. Os católicos defendiam que em todas as escolas públicas, obrigatoriamente deveria ser ensinada aula de religião (na verdade catecismo) (A TRIBUNA, 1931c: 2). Os protestantes combatiam essa idéia. Para os crentes, as escolas públicas não deveriam possuir uma disciplina que se dedicasse ao ensino religioso, pois esse deveria ficar a cargo das escolas confessionais, igrejas e da família (O MENSAGEIRO EVANGÉLICO, 1935: 3 - 4).

A questão educacional será o tema discutido em nosso artigo. Escolhemos essa temática pelo fato de ter sido a principal reivindicação presente nos periódicos que analisamos, e a forma que as igrejas (principalmente católica) percebeu como a mais eficaz para manter proximidade com o Estado e com a sociedade.

Muitas eram as críticas sobre a posição oposta quanto os projetos educacionais. Acusação de educação liberal, era comum nos periódicos católicos pois diziam que Deus deveria está presente em todos os âmbitos da sociedade. Nos discursos protestantes, percebemos a ênfase na *presença de Deus* em todos os locais que se propusessem a escolhê-lo, mas com a condição de que as pessoas não fossem obrigadas a ter o ensino catequético nas escolas (HACK, 2000). Era um intenso contra-discurso², usado por ambos os lados, na tentativa de defenderem suas posições, bem como combater a posição oposta.

Trataremos aqui de três principais formas de educação defendidas por ambos os lados em suas devidas proporções. A primeira, que ainda possuímos pouca documentação é a educação doméstica. A segunda é a de sistema educacional em escolas confessionais. Por fim, trataremos das discussões em torno das escolas públicas, que era a principal reivindicação católica e a que recebia o combate mais enfático por parte das igrejas protestantes.

Na educação doméstica percebemos a preocupação com a formação da família e o espaço que cada um deveria ocupar nessa formação. O papel do homem, descrito

² Contra discurso é a formação de enunciados contrários às elocuições difundidas por algum grupo organizado, ou por intelectuais. Tais propostas em sua maioria são enunciados antagônicos que disputam a legitimidade e a dizibilidade de teorias políticas, sociais e culturais (FOUCAULT, 2004).

como o provedor do lar, da mulher como administradora da casa e dos filhos devendo sincera obediência aos pais e à religião da tradição de sua família. É interessante observar que esses pontos eram comuns a ambos os lados que analisamos. Porém, mesmo se tratando de educação familiar, havia sim muitas diferenças na forma de se instruir as crianças.

Os filhos católicos, deveriam fazer catecismo, estudar em escolas confessionais e em hipótese alguma numa escola protestante. Seria uma *afronta à fé e aos bons costumes presentes na tradição familiar brasileira*, que vinha desde os primeiros contatos do cristianismo com a *Terra de Santa Cruz*. O jornal A Tribuna de 1930, *alertava* os pais nesse sentido: “Cuidado paes de famílias. Se quereis conservar a fé de vossos filhos não permittaes que elles se eduquem em collegios protestantes” (A TRIBUNA, 1930b: 2). As crianças deveriam *rezar* antes de dormir, gravar orações dos santos, ir à igreja aos domingos, respeitar a autoridade de todos os líderes religiosos. Desde o nascimento deveriam ser inseridas na fé cristã, sendo batizadas, possuindo padrinhos, que assumiriam a responsabilidade pela criação caso os pais viessem a falecer.

Ao começar a ler, eram instruídas ao ensino nas igrejas (catequese), e posteriormente faziam primeira comunhão, crisma, até atingirem a idade adulta e casarem, virgens e com a condição de não se divorciarem nunca. Vale ressaltar que esses princípios descritos não estiveram presentes na doutrina católica apenas nos anos de 1930 e 1945. Porém, foi nesse período que houve uma grande ênfase nesse tipo de discurso, haja vista a perda de fiéis para outros credos religiosos, além do protestantismo. As famílias católicas viam isso como forma de manter seus filhos fiéis à religião, não se *contaminando* com as *doutrinas nefastas* que destruíam a moral de um cristão romano (A TRIBUNA, 1930a: 1).

Muitas crianças eram incentivadas também a seguir a vida religiosa, e manter o celibato, como forma de *não ceder aos prazeres da carne*. Os meninos que estudavam em escolas confessionais em alguns casos eram incentivados a entrar nos seminários para exercer o sacerdócio, pois assim teriam uma vida dedicada na *Casa de Deus*. Como a Igreja Católica estava perdendo muitos fiéis e faltavam sacerdotes, para tentar conter essas perdas, colocar os filhos no seminário era uma prática a ser adotada pelas famílias que temiam o *desvio* das crianças para outros credos religiosos.

Émile G. Leonard (2002) nos lembra que essa realmente foi uma preocupação das famílias católicas. O autor observa que só entre 1930 a 1947, foram criados 12 bispados, diversas associações, escolas e, se procurou descobrir novos vocacionados para assumir os postos que se abriram com a expansão. Pelo fato de as associações crescerem em uma progressão geométrica, e o número de novos padres brasileiros acompanharem numa progressão aritmética, clérigos estrangeiros, como também leigos passaram a assumir alguns grupos.

A mulher não deveria ser criada para o trabalho externo, pois esse era dedicado ao homem. O casamento era o meio proposto pela família para garantir o futuro das filhas. Quando isso não ocorria, os conventos eram uma outra solução encontrada para manter as meninas dentro do ciclo católico. Muitas, que podiam pagar, ou que estudavam em sistemas de bolsas, passavam a vida em escolas confessionais dirigidas por freiras. Posteriormente, em alguns casos, adotavam o celibato e entravam para o recolhimento religioso ainda adolescente, por conta própria ou, principalmente, por influência familiar. O medo de ver a filha *perder a honra* e depois não encontrar um parceiro que se dispusesse a casar, fazia com que muitas famílias enviassem suas filhas para os conventos presentes em Pernambuco.

As meninas aprendiam nas casas a bordar, cozinhar, cuidar dos irmãos mais novos, e a brincadeira com bonecas, era também vista como um aprendizado de criação dos futuros filhos. No futuro, se tornariam “a mãe verdadeiramente prudente”, que prestaria a seu filho “o maior benefício possível, não deixando passar uma falta, um erro cometido, sem avisá-lo mostrar-lhe caridosamente a inconveniência do seu proceder” (A TRIBUNA, 1942: 1, 5).

A educação familiar protestante, apesar de possuir muitas semelhanças também tinha algumas diferenças. Não eram em todos os casos que os filhos dos evangélicos eram batizados quando crianças. Isso era uma prática mantida pelos presbiterianos, mas que tinha muitas discordâncias entre os batistas e pentecostais. Mesmo os presbiterianos, quando batizavam seus filhos não possuíam o costume de colocar padrinhos como os católicos. Os batistas condenavam essa prática pois diziam que a criança precisava ter noção daquilo que queria como credo e depois ser batizada.

Outra diferença para a criação católica era o menor incentivo ao sacerdócio e quase nunca ao celibato. O sacerdócio era visto como um Dom, principalmente

masculino, e que não impedia a criança de casar e ter filhos. Os pais trabalhavam com a idéia de que seu filho fosse um profissional liberal, um grande comerciante ou empresário, mas que tivesse a liberdade de escolha de sua religião na fase adulta (algo que realmente só ocorria na teoria, haja vista que os protestantes não admitiam que seus filhos se desviassem dos caminhos da fé reformada). O casamento apesar de ser algo que deveria *durar para sempre*, em alguns casos, como o adultério, admitia o divórcio.

Vícios como os de cigarro, ou de álcool, eram inadmissíveis, algo que era tolerado nas criações católicas (A TRIBUNA, 1930c) e por isso recebiam várias críticas dos evangélicos (O BAPTISTA PERNAMBUCANO, 1935: 4.).

O modo de se portar com a aparência em alguns casos também se diferenciava. Na maioria das instituições protestantes as mulheres não poderiam cortar o cabelo, usar adereços como brincos, colares, pulseiras, se maquiarem ou usarem roupas tidas como masculinas e que *mostrassem partes indecentes do corpo*. Isso se tornou mais enfático a partir de 1930, haja vista que vimos que foi com a chegada de Vargas a presidência da República que as disputas entre católicos e protestantes se acirraram. Era uma forma de se mostrar *diferente* das crenças *mundanas* e isso incluía as pessoas que professavam a fé católica (O MENSAGEIRO EVANGÉLICO, op. cit.).

Nesse período, a Igreja Católica em Pernambuco, se preocupava com a fragilidade das suas instituições mesmo antes do período que pretendemos analisar. Scott Mainwaring (2004) lembra que Dom Sebastião Leme, em 1916, publicou uma carta Pastoral mostrando dificuldade do catolicismo brasileiro em penetrar nas instituições nacionais. O autor nos recorda que a Igreja enfatizou a necessidade do engajamento dos intelectuais no processo de recristianização da sociedade, para combater alguns *males* que ameaçavam o decadente predomínio católico no país.

Desde o século XIX, quando ainda era legalmente unida ao Estado, a situação da Igreja era precária, pois o Império destinava poucos recursos à instituição. D. Pedro II, apesar de legalmente ter o controle político do catolicismo no Brasil, era um fiel pouco fervoroso, fazia parte da maçonaria e mantinha relações modéstias com o Vaticano. O fim do catolicismo como religião oficial do país com a Constituição de 1891, teria inclusive *favorecido* a Igreja. Os católicos, se sentindo ameaçados, procuraram realizar reformas que fizeram crescer as atividades clericais na sociedade. Entre 1930 e 1945, a influência sobre a educação, o anticomunismo, e o *antiprotestantismo*, foram práticas

fundamentais nos movimentos católicos do período. “A nova missão da Igreja era cristianizar a sociedade conquistando maiores espaços dentro das principais instituições e imbuindo todas as organizações sociais e práticas pessoais de um espírito católico” (Ibidem. p: 45).

Nas escolas confessionais católicas eram criados periódicos que circulavam pela cidade para mostrar as realizações nas instituições, as *vantagens* de se estudar numa escola católica, e o *pecado* de se estudar em uma instituição que não tivesse o ensino religioso ou que fosse de caráter protestante.

Um exemplo disso foi à criação do periódico *Salvè Maria* em 1938. Editado pelo Colégio Marista, começou a circular pouco depois do início da intervenção de Agamenon Magalhães em Pernambuco, mostrando-se como um dos mais conservadores quanto às propostas de Restauração Católica. Aprovava as ações de Benito Mussolini na Itália e Francisco Franco na Espanha, mostrando-os como exemplos de seguidores do cristianismo católico. Além disso, discursava abertamente contra judeus e detalhava planos de ações para expulsá-los do Estado de Pernambuco.

Quanto aos protestantes, acusava-os de traidores da *verdadeira fé cristã*, e alertava, os católicos para se afastarem das *ervas daninhas* que podiam provocar diversos males, com doutrinas *maléficas* pregadas pelos *inimigos da verdadeira Igreja*, que nesse caso eram os *crentes*. Combatia severamente, os católicos que possivelmente possuíssem filhos em colégios protestantes, já que o ensino religioso católico deveria ser “parte integrante da educação completa” (SALVÈ MARIA, 1939: 7).

É interessante ressaltar que todos esses discursos circulavam entre os alunos como *fontes de verdades*. Era a o exercício de um poder, através da produção de um *saber* (Cf. FOUCAULT, 2003), usando muitas vezes o interdiscurso³ bíblico para justificar as ações perante os alunos e a comunidade onde o periódico circulava.

Oswaldo Henrique Hack (op. cit.) descreve alguns pontos da ênfase dada pelas escolas protestantes a colocarem seus filhos em escolas confessionais, principalmente nos anos de 1930.

³ O interdiscurso é a possibilidade de usar algo já dito na formação de um novo discurso. Para Eni P. Orlandi, “... todo discurso remete a um outro discurso, presente nele por sua ausência necessária. Há o primado do interdiscurso (a memória do dizer) de tal modo que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e é daí que eles tiram sua identidade” (ORLANDI, 1998: 30 - 31).

O autor descreve que a preocupação com a educação, segundo o discurso dos evangélicos, se dava porque o analfabetismo dificultaria o trabalho missionário no país, pelo fato dos fiéis não compreenderem o que estava escrito nos hinários e nos textos bíblicos. Segundo o autor, o investimento em colégios foi um meio encontrado pelos missionários para aproximar os fiéis dos textos sagrados. Dentre esses investimentos, na década de 1930, destacamos as escolas populares das igrejas evangélicas que alfabetizavam crianças e adultos para compreenderem melhor o que se ensinava nos templos. Abaixo vemos a imagem de uma turma alfabetizada em uma das escolas populares evangélicas.



Escola Popular Baptista (O JORNAL BAPTISTA, 1931a: 1).

A escola passou a ser usada como uma forma de instrução secular e propagação do cristianismo, principalmente para as crianças. A Constituição de 1891 foi saudada pela comunidade evangélica, pois eliminava o ensino católico nas escolas públicas. Porém, com a volta dessa prática no governo de Getúlio Vargas, muitos protestantes criticavam o governo reivindicando “[...] a responsabilidade individual e a liberdade de consciência como princípios religiosos inseridos na educação” (HACK, 2000: 75).

Por muitas das comunidades protestantes possuírem fortes ligações com as missões norte-americanas, Osvaldo Henrique Hack ressalta que grande parte dos evangélicos defendia a educação confessional como:

[...] o meio mais eficaz para se alcançar as condições de participação consciente do indivíduo na sociedade. Busca-se o tipo de governo ideal – democracia liberal norte-americana com cidadãos livres, independentes, fisicamente saudáveis, instruídos, de caráter são e de moral forte. Não podem coexistir democracia e ignorância. O êxito do individualismo evangélico dependia da educação. Nesse sentido, ela foi usada como grande mola propulsora da expansão do protestantismo no Brasil (Ibidem: 76 - 77).

O último ponto que vamos abordar em nosso artigo, sobre as questões educacionais em Pernambuco, envolvendo católicos e protestantes, é o do ensino

religioso em escolas públicas. Desde que o novo presidente chegou ao poder em 1930, como já citamos anteriormente, a Igreja Católica tentou de diversas formas novamente se vincular ao Estado, e recatolizar a sociedade por meio da educação (MOURA, op. cit.). Segundo Maria das Graças Ataíde de Almeida (2001) a educação foi um dos pontos mais importantes de inserção do catolicismo na sociedade. A criação da Cruzada de Educadoras Católicas foi um exemplo da tentativa de se recristianizar a sociedade por meio da educação. “Esta deveria atuar junto ao professorado do Estado [...] Cabia à Cruzada promover também retiros espirituais para as professoras no sentido de garantir a eficácia do doutrinamento” (Ibidem: 82).

O periódico *A Gazeta*, foi bem enfático na questão da *necessidade* das escolas públicas terem o ensino religioso como disciplina oficial. Essa necessidade era justificada afim de que os filhos não fossem educados “[...] á margem dos sentimentos e das crenças dos pais” devido “[...] a crise de moralidade, a criminalidade infantil crescente, esta pasmosa ambiência moderna contra a qual se mostra impotente todas as leis [...]” (A GAZETA, 1932: 1). As aulas de religião em escolas públicas, seria uma forma de manter a sociedade em ordem, impedir que as crianças entrassem na vida de criminalidades e formar um cidadão com moral e com respeito desde os seus primeiros anos de vida.

Em 1º de maio de 1931, o Governo Provisório decretou que nas disciplinas escolares deveria está inserida as aulas de religião.

A Tribuna, quando o ensino religioso foi fixado por esse decreto, fez questão de elogiar a postura do Governo Provisório e dos católicos por terem *lutado por tantos anos* para que esse feito fosse alcançado.

Está de Parabéns o catholicismo no Brasil. O decreto do Governo Provisório, reintegrando a religião entre as disciplinas de nossos estabelecimentos publicos de instrução cosntitue um grande passo dado no caminho de rechristianização de nossa Patria [...] Contra aqueles que se insurgem ante esta medida de justiça, que o Governo Provisorio acaba de tomar, temos a responder que nós, catholicos brasileiros, formamos a maioria absoluta da nação e queremos que sejam respeitados os princípios religiosos pelos quaes nos regemos. Isso em nome da propria democracia, dentro do qual nos constituímos em povo livre e organizado (A TRIBUNA, Recife, 21 mai. 1931b: 1).

Abaixo temos uma imagem da população de Caruaru no agreste do Estado, assistindo um comício em favor da implantação do ensino religioso em escolas públicas:



“População de Caruarú assistindo, entusiasta, ao grande comício ali organizado em favor do ensino religioso” (A TRIBUNA, Recife, 21 mai. 1931b: 1).

As lideranças protestantes, que *lutavam* por um estado leigo, não ficaram satisfeitos com a postura dos governantes por esses terem adotado tal sistema. Os evangélicos intensificaram as investidas contra a Igreja Católica, e iniciaram uma luta contra o novo decreto de lei. Diariamente nas igrejas, o assunto era debatido em gabinetes, escolas bíblicas e eram temas de sermões. Os periódicos também não ficavam fora dessas discussões. Em quase todas as edições dos semanários ou mensários protestantes que analisamos, percebemos a insatisfação dos mesmos com a postura tomada pelo então Ministro da Educação (A TRIBUNA, 1931a: 1 - 2).

Em *O Jornal Baptista*, percebemos a insatisfação evangélica com o a atitude tomada pelo governo com o decreto descrito acima. O referido jornal considerava a visão do então Ministro da Educação como um “[...] retrocesso, numa rendição ao poder mais absoluto, mais dictatorial, mais orgulhoso, mais funesto e opressivo que o mundo jamais viu” (O JORNAL BAPTISTA, 1931c: 3 - 4).

O ensino religioso além de um *retrocesso* era visto como um *desrespeito a constituição, às liberdades de crença, aos princípios de um país republicano e a moral do cidadão*. Tudo isso pode ser visto nos diversos periódicos evangélicos editados em Pernambuco, ou os que eram editados fora, mas circulavam em todo o país. Destacamos mais uma reportagem de *O Jornal Baptista*, mostrando a contrariedade dos “crentes” com a temática que estamos analisando:

O espirito republicano não permite o desrespeito á consciencia. Ensinar religião, como tal, nos estabelecimentos publicos, é uma infração a esse principio. Republica é o governo do povo, pelo povo e para o povo; ela estabelece o direito e igualdade de todos perante a lei; destroi o privilegio,

repugna o protecionismo, os titulos nobiliárquicos, exalta e reconhece o povo [...] O ensino religioso nos estabelecimentos oficiais é o desmentido completo de todos estes postulados (O JORNAL BAPTISTA, 1931b: 7).

A crítica agora se estendia a todo o sistema político do país. Para os evangélicos, a atitude tomada pelo Estado, não condizia com o que afirmava a Constituição, desrespeitava os direitos individuais e atacava a liberdade religiosa que na Carta Magna declarava o Estado como Laico.

Essas discussões se deram em todo o período abordado nesse artigo. É claro que existem bem mais formas de ataques de ambas as partes analisadas, e que pretendemos tratar em outros trabalhos. O que não podemos deixar de frisar, é que não foram embates locais (entre pequenas lideranças), nem regionais. Isso se deu a nível nacional, mesmo que em nosso trabalho, demos ênfase às discussões que ocorriam no Estado de Pernambuco.

Fontes:

A Igreja Catholica e as festas mundanas. **O Baptista Pernambucano**. Recife, nov. 1935. p. 4.

Acerca da educação cristã da juventude. **A Tribuna**. Recife, 10 abr. 1930a. p. 1.

Aos paes. **O Mensageiro Evangélico**. Recife, 15 set. 1935. p. 3, 4.

As Bíblias protestantes. **A Tribuna**. Recife, 31 mai. 1941. p. 3.

Collegios protestantes. **A Tribuna**. Recife, 29 mai. 1930b. p. 2.

Como o ministro da educação justificou o decreto em torno do ensino religioso nas escolas. **A Tribuna**. Recife, 21 mai. 1931a. p. 1, 2.

Escola Popular Baptista. **O Jornal Babtista**. Rio de Janeiro, 29 Jan. 1931a. p. 1.

Importância da Educação Cristã. **Salvè Maria**. Recife, mar. 1939. p. 7, 8.

Manifesto - Programa das Ligas do Pensamento Livre e Pró-Estado Leigo: ao eleitorado livre de Pernambuco. **O Escudo**. Recife, 22 abr. 1933. p. 1,4.

O ensino religioso nas escolas publicas. **O Jornal Babtista**. Rio de Janeiro, 15 out. 1931b. p. 7.

O ensino religioso nas escolas. **A Tribuna**. Recife, 21 mai. 1931b. p. 1.

O ensino religioso nas escolas. **O Jornal Babtista**. Rio de Janeiro, 7 mai. 1931c. p. 3, 4.

O segredo da educação. **A Tribuna**. Recife, 18 abr. 1942. p. 1, 5.

Os Bons Catholicos fumam os cigarros da Lafayette. **A Tribuna**. Recife, 14 ago. 1930c.

Os direitos das familias na educação dos filhos. **A Gazeta**. Recife, jul. 1932. p. 1.

Pelo ensino religioso nas escolas públicas. **A Tribuna**. Recife, 30 abr. 1931c. p. 2.

Referências:

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. **A construção da verdade autoritária**. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2001.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: Nova Versão Internacional. Traduzido pela Comissão de Tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber** – 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

HACK, Osvaldo Henrique. **Protestantismo e educação brasileira** - 2ª ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000.

LÉONARD, Émile G. **O protestantismo brasileiro**: estudo de eclesiologia e história social – 3ª ed. São Paulo: ASTE, 2002.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. Evolução histórica e configuração atual do protestantismo no Brasil. In: MENDONÇA, Antonio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro; (Org). **Introdução ao protestantismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

MESQUITA, Antonio N. de. **História dos batistas no Brasil de 1907 a 1935**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1940. v. 2.

MOURA, Carlos André Silva de. **Fé, saber e poder**: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 – 1937). 2010. 161 p. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional, UFRPE, Recife, PE, 2010.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. – 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEBER, Max. As seitas protestantes e o espírito do capitalismo. In: GERTH, H.H; MILLS, Wright (Org). **Max Weber**: ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITÔRES, 1963.